

Resistência de estudantes paranaenses contra os retrocessos tucanos e golpistas

23/10/2016



Poliana Nadim e Marcelo Miranda.

A onda de ocupações que está varrendo as escolas públicas do Paraná evidencia uma nova demanda das lutas sociais: a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade em diálogo com a perspectiva da juventude que se move. Compreender a importância deste momento é fundamental para renovar as esperanças neste contexto de profundos retrocessos em que vivemos.

O que está acontecendo no Paraná precisa ser entendido com base no tempo em que estamos vivendo, dentro de uma nova dinâmica de relação de poder estabelecida a partir do impeachment da presidenta Dilma e do estabelecimento de um governo ilegítimo que promove retrocessos.

Teve início na cidade de São José dos Pinhais a primavera secundarista. Nascido no calor da edição da MP 746, a eclosão deste movimento revela que a juventude estudantil está atenta às mudanças que o governo Temer pretende para a educação. Na esteira das grandes greves promovidas pelos trabalhadores da educação pública do Paraná, nos dois anos anteriores, impulsionados pelos exemplos do movimento ocupaminc e as ocupações das escolas ocorridas em outros estados, após debaterem a MP no chão das escolas, os estudantes do Paraná não tiveram dúvidas, transformaram as escolas em territórios de luta!

Dentre as principais preocupações sobre a MPT 746 está a não obrigatoriedade de disciplinas como arte, educação física, sociologia e filosofia, o aumento de carga horária de 800 horas para 1400 horas em escolas de tempo integral, por questões estruturais e também pelo fato que muitos deles(as) trabalham ou desenvolvem outras tarefas no contra turno. Além disso, compreendem que não terão condições de escolher a área que cursarão, já que a escolha será para quem oferta e não para quem cursa.

Além da MP 746, os estudantes se opõem à PEC 241, que congela os investimentos para educação por 20 anos. Exigem que a MP seja retirada, que seja criada uma comissão permanente para debater o ensino médio, a garantia dos 75% dos royalties do pré sal para a educação e, no estado, a maior efetividade nas investigações da Operação Quadro Negro. Enfim, não há como esconder: os estudantes entenderam a intenção do governo ilegítimo de Temer em desmontar o ensino público criando dois sistemas: uma educação “empobrecida” para as filhas e filhos da classe trabalhadora e uma educação “enriquecida” para quem pode pagar. A proposta de reforma é, na verdade, um retorno ao velho modelo dualista que condena filhas e filhos da classe trabalhadora à pobreza.

O movimento auto organizado de estudantes busca atingir, além do governo federal, o governo do estado do Paraná, que há tempos não tem boa relação com a educação.

Desde o início do segundo mandato, Beto Richa aplica com mais intensidade o programa neoliberal do PSDB, havendo diversos deslocamentos de quadros nacionais para o Paraná.

Em duas semanas, 800 escolas e 11 universidades foram ocupadas no estado. No mesmo dia em que o governador decretou que nas escolas ocupadas teria recesso escolar, mais de 100 escolas foram ocupadas e no dia em que o governador ganhou a reintegração de posse de 13 escolas, 60 escolas foram ocupadas.

O desacerto do Tucano impulsiona cada dia mais ocupações e deixa para toda a sociedade a mensagem de que a juventude resistirá na defesa de uma educação pública digna, gratuita e de qualidade.

Hoje, a galera que ocupa as escolas e resiste aos duros ataques que vem sofrendo, debate e alimenta uma grande expectativa: a possibilidade de nacionalização das ocupações e seu consequente fortalecimento, buscando a derrubada da terrível “reforma do ensino médio”.

Poliana Nadim, diretora da UNE, e **Marcelo Miranda**, vice-presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas, são militantes da **Kizomba**